



## Agronegócio pede menos burocracia para crédito rural



Senador Acir Gurgacz (C) preside debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre manual de crédito rural e Plano Safra 2011/2012

Representantes dos produtores rurais e dos bancos debateram na CRA formas de simplificar a oferta de linhas de crédito

O acesso ao crédito oferecido pelos bancos para o desenvolvimento de atividades agropecuárias deve ser simplificado. Em debate promovido na sexta-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, essa foi a principal reivindicação dos representantes dos produtores agrícolas.

Solicitada pela senadora Ana Amélia e coordenada por Acir Gurgacz, a audiência pública foi organizada para discutir mudanças no Manual de Crédito Rural, que está sendo elaborado pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Outro tema debatido foi o Plano-Safra 2011/2012. **3**

Projeto exige que cidades identifiquem áreas de risco **7**

Senado reúne cinco comissões para debater TV por assinatura **7**

Pesquisadores fazem alerta sobre Código Florestal

Pesquisadores do Ipea serão convidados para os debates sobre o Código Florestal, que devem começar ainda este mês. Eles alertaram sobre riscos de o texto impedir a recuperação de 29,5 milhões de hectares. **4 e 5**



Clareira aberta na floresta. Brasil teria passivo ambiental de 159,3 milhões de hectares, 18,5% em áreas de até quatro módulos

Jefferson Rudy/MMA



Jane Araújo/Senado Federal

Marinha comemora a Batalha do Riachuelo

Presidentes da República, do Senado e da Câmara participam de solenidade em Brasília em que três senadores foram agraciados com a Ordem do Mérito Naval. **2**

Deputado Marco Maia (E), o vice Michel Temer, Dilma Rousseff, José Sarney, ministro Nelson Jobim e os comandantes militares

Alvaro não crê que reforma política vá mudar o país **6**

TV estreia hoje programa de debate ao vivo com senadores **2**

Os presidentes dos Poderes Executivo e Legislativo compareceram, na sexta-feira, à comemoração do 146º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, considerada a mais importante da Guerra do Paraguai

# Presidente do Senado participa de solenidade da Marinha do Brasil



Ao lado da presidente Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer (E) e José Sarney

AO LADO DA presidente Dilma Rousseff, do vice-presidente Michel Temer e do presidente da Câmara, Marco Maia, o presidente do Senado, José Sarney, participou da cerimônia de comemoração do 146º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, realizada na sexta-feira.

– Cerimônias militares são sempre muito bonitas e hoje é um grande dia, que é o Dia da Marinha – assinalou Sarney.

Durante a solenidade, no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília, foi realizada a imposição das condecorações da Ordem do Mérito Naval. Foram homenageados com a comenda os senadores Garibaldi Alves (PMDB-RN), Humberto Costa (PT-PE) e Waldemir Moka (PMDB-MS).

Na quinta-feira passada, o Congresso Nacional realizou sessão solene para comemorar os 146 anos da batalha. Considerado o mais importante combate da Guerra do Paraguai, a Batalha do Riachuelo foi decisiva para o Tratado da Tríplice Aliança, acordo que passou a controlar os rios da bacia Platina.

## Entra em vigor, com três vetos, a lei que permite criação de cadastro positivo

A lei que permite a criação de um cadastro positivo com dados de pessoas físicas e jurídicas em dia com seus compromissos financeiros foi sancionada na quinta-feira pela presidente Dilma Rousseff, com três vetos. A Lei 12.414/11 é oriunda da Medida Provisória 518/10, com mudanças introduzidas por projeto de lei de conversão aprovado no Plenário do Senado, em 18 de maio deste ano.

O objetivo do cadastro positivo é subsidiar a concessão de crédito, a realização de venda a prazo e outras transações comerciais e empresariais que impliquem risco financeiro. A expectativa é que possam ser oferecidas condições mais vantajosas para pessoas que sejam “boas pagadoras”. A inclusão dos nomes, porém, depende de autorização expressa dos interessados.

Os bancos de dados poderão conter informações de adimplemento do ca-

dastrado para a formação do histórico de crédito. As informações armazenadas deverão ser objetivas, claras, verdadeiras, de fácil compreensão e necessárias para avaliar a situação econômica do cadastrado.

A abertura do cadastro positivo de uma pessoa dependerá de sua autorização prévia, por meio de um documento específico ou de uma cláusula à parte em um contrato de financiamento ou compra a prazo, por exemplo. O compartilhamento de informações entre os bancos de dados só será permitido se autorizado expressamente pelo cadastrado.

Entre os direitos do cidadão no banco de dados, destaca-se o de poder cancelar seu cadastro a qualquer momento. O cadastrado pode ainda acessar gratuitamente as informações registradas sobre sua pessoa e pedir a impugnação de dados anotados incorretamente.

## Sancionada lei que dá aos índios chance maior de cursar universidade

O apoio ao acesso de povos indígenas ao ensino superior agora integra a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A presidente Dilma Rousseff sancionou na quinta-feira a Lei 12.416/11, que garante aos povos indígenas ensino e assistência estudantil nas universidades públicas e privadas, bem como o estímulo à pesquisa e o desenvolvimento de programas especiais para essa parcela da população.

No Senado, o projeto foi examinado pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação, Cultura e Esporte (CE) e aprovado em Plenário em 12 de maio. Segundo o autor da proposta, o ex-deputado Carlos Abicalil, a oferta de educação superior aos povos indígenas “é uma iniciativa que reconhece, por justiça, a relevância desses povos na origem e na construção do Brasil”.

## União suprapartidária contra as drogas visitou comunidades em Alagoas e Piauí

Deputados e senadores integrantes de comissões voltadas para o combate às drogas visitaram, na semana passada, comunidades acolhedoras de dependentes químicos em Alagoas e no Piauí.

Na quinta-feira, a comitiva esteve nas comunidades terapêuticas Nova Jericó e Casa Betânia, em Maceió, e, na sexta, na Fazenda Esperança e na comunidade Luz e Vida, em Teresina, buscando “reunir mais gente nesta luta”, segundo Wellington

Dias (PT-PI), presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros, do Senado. A iniciativa tem a coordenação da Comissão Especial de Políticas sobre as Drogas, da Câmara. Participaram das visitas 26 deputados, dois senadores – Wellington Dias e Benedito de Lira (PP-AL) –, representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e de federações de comunidades terapêuticas.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Segunda-feira

#### Plenário Igreja evangélica

11h Sessão especial para comemorar o centenário das igrejas evangélicas da Assembleia de Deus no Brasil.

#### Presidência Posse no STJ

16h Cerimônia de posse de Antônio Carlos Ferreira, Ricardo Villas Bôas Cueva e Sebastião dos Reis Júnior como ministros do STJ.

### Terça-feira

#### Amazônia Fronteira norte

9h Audiência pública para debater a situação na fronteira norte do país.

#### Seminário Nova comunicação

9h30 Debate sobre “Políticas e novas mídias – a nova comunicação entre parlamentares e cidadãos” no auditório Senador Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis.

#### CAE Política de resseguro

10h Apreciação de várias proposições, entre as quais a que altera a Lei Complementar 126, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de cosseguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário.

#### CPI Atuação do Ecad

10h Instalação da comissão parlamentar de inquérito para investigar denúncias de irregularidades no Ecad. Serão escolhidos o presidente e o vice-presidente da comissão.

#### CCJ Ministério Público

10h Comissão realiza reunião extraordinária para sabatarinar indicados ao Conselho Nacional do Ministério Público.

#### CE Bullying

11h Reunião ordinária da comissão para discutir política de educação para o consumo sustentável, além de análise de vários projetos de lei da Câmara e do Senado. Também será discutida proposta que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional para incluir, entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino, a promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias para prevenção e combate ao bullying.

#### CMA Biodegradável

11h30 Vota projeto que prevê substituição de embalagem plástica por biodegradável.

#### CDR Faixa de fronteira

14h Vota proposta que reduz IPI para empresas da faixa de fronteira na região Sul.

### Exposição Primeira infância

14h Abertura da exposição *Laços*, da Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado, no Espaço do Servidor, Câmara dos Deputados.

### Orçamento Contas do governo

14h30 Reunião para apreciar a prestação de contas do governo federal referente ao exercício de 2007.

### Quarta-feira

#### CCT Concessão de rádio

8h30 Reunião extraordinária deliberativa para apreciação de projetos de decreto legislativo de concessão de rádio.

#### CAS Bombeiros

9h Reunião extraordinária para discutir projeto de lei que altera dispositivos da Lei 11.901/09, que trata da profissão de bombeiro. Discussão e votação de várias proposições, entre as quais a que dispõe sobre as comissões intergestoras do SUS e respectivas composições.

#### CCJ Reforma política

10h Comissão discute e vota propostas de emenda constitucional (PECs) e projetos de lei da reforma política, além de apreciar várias proposições legislativas.

#### CI/CAE Setor elétrico

14h30 Audiência pública conjunta das duas comissões permanentes do Senado para debater a renovação das concessões do setor elétrico.

#### CMA Belo Monte

14h30 Audiência pública na subcomissão temporária criada para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte.

### Orçamento Tesouro Nacional

15h Audiência com o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin Filho.

### Fórum Brasil-Europa

17h Cerimônia de abertura do 18º Fórum Brasil-Europa, promovido pela frente parlamentar que trata do assunto, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

### Quinta-feira

#### CCJ/CCT/CAE/CE/CMA

9h As cinco comissões permanentes promovem debate sobre a legislação referente à oferta de serviços de TV por assinatura, com a presença de representantes do setor.

#### CI Mudança do clima

9h Discussão do projeto de lei que altera a Lei 12.187/09, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

## Novo programa da TV Senado debate temas estaduais

A TV Senado lança hoje o programa *Assunto de Estado*, que reunirá senadores de um mesmo estado para debaterem, ao vivo, um tema de interesse da população local.

Na estreia, os senadores Aloysio Nunes (PSDB-SP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Marta Suplicy (PT-SP) discutirão a situação do transporte em São Paulo. O programa irá ao ar às 21h30.

Uma das atrações do novo programa será a interatividade. Os cidadãos poderão participar do debate, em tempo real, enviando perguntas e comentários pelo Twitter (@tvsenado), pelo Alô Senado (0800-612211) ou pela página do Senado ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)).

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao) – Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)



Na audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Antoninho Rovaris, da Contag; Luís Sérgio Farias Machado, do Banco do Nordeste; senador Acir Gurgacz; Ademiro Vian, da Febraban; e Rosimeire Cristina dos Santos, da CNA

## Agricultores querem acesso mais fácil ao crédito

Diretor-adjunto da Febraban manifesta intenção de facilitar o crédito e desburocratizar o contrato de financiamento para o produtor rural

A DESBUROCRATIZAÇÃO DOS financiamentos para o produtor rural e a racionalização das linhas de crédito para o agronegócio foram apontadas por especialistas como fundamentais para o desenvolvimento do setor agrícola, em audiência pública realizada na sexta-feira pela Comissão de Agricultura (CRA). O objetivo foi debater as propostas de alteração do Manual de Crédito Rural, em elaboração pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Solicitado por requerimento de Ana Amélia (PP-RS) e coordenada por Acir Gurgacz (PDT-RO), presidente da comissão, o debate serviu também para avaliar o Plano Safra 2011/2012 e a preparação do próximo plano.

O diretor-adjunto de Produtos e Financiamentos da Febraban, Ademiro Vian, sugeriu estudo para racionalizar as linhas de crédito para o agronegócio. Segundo Vian, as várias possibilidades de linhas de financiamento confundem

o produtor rural e podem ser reduzidas e facilitadas.

Ele informou que existem diversos limites de financiamento, de acordo com o negócio e o prazo pretendido. A seu ver, seria mais produtivo unificar os limites de financiamento, pois, "se o cliente tem crédito e o banco tem dinheiro disponível para emprestar, não haverá problema no contrato".

A intenção, afirmou, é facilitar o crédito e desburocratizar o processo

de contrato de financiamento para o produtor rural.

O diretor-adjunto da Febraban destacou também que a entidade propôs alterações no Manual de Crédito Rural do Ministério da Fazenda no capítulo que trata do financiamento para cooperativas, a fim de que o trabalho dos cooperados seja facilitado. Ademiro Vian criticou diversos dispositivos legais que tornam o crédito mais caro para o produtor.

### Burocracia prejudica o financiamento para o setor, afirma Contag

O secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Antoninho Rovaris, também criticou a burocracia dos processos de financiamento. Segundo ele, essa situação cria dificuldade para o produtor e impede os bancos de investirem em linhas alternativas de financiamento, como a agroecologia. Rovaris pediu que, na avaliação das condições da produção rural, os bancos e os governos valorizem mais o produtor do que o produto.

A superintendente técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rosimeire Cristina dos Santos, criticou os "prazos e os custos com cartório" a que são submetidos os produtores. Ela defendeu a necessidade de pensar em novas políticas agrícolas para o país e afirmou que as flexibilizações do manual de crédito são bem-vindas.

Em relação ao Plano Safra 2011/2012, Rosimeire criticou a previsão de redução do preço do milho e do feijão, por conta dos custos de produção que tendem a fechar em alta. A representante da CNA destacou, como ponto positivo do plano, a redução de juros para recuperação de pastagens degradadas e reflorestamento e para aquisição de matrizes e reprodutores.

### Meta do BNB é destinar R\$ 3,8 bilhões para agricultura familiar

O superintendente de Agricultura Familiar e Microfinança Rural do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Luís Sérgio Farias Machado, lembrou que o BNB tem mais de 50 anos de atuação e é responsável por mais de 70% do crédito rural em sua área de atuação – região Nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Machado ressaltou que 25% dos recursos do BNB são direcionados para a agricultura familiar. De acordo com o superintendente, a agricultura familiar só é viável com acompanhamento técnico e suporte à comercialização. Ele lembrou a importância do seguro de crédito e da equalização de preços para que o pequeno produtor não seja prejudicado em relação aos grandes produtores. Financiamento de irrigação e crédito para alimentação dos animais em período de estiagem estão entre os principais serviços oferecidos pelo banco para o agricultor familiar.

Em relação ao Plano Safra 2011/2012, Machado disse que o BNB deverá aplicar R\$ 3,8 bilhões em financiamento rural.

### Importância do diálogo entre ambientalistas e produtores é destacada

Acir Gurgacz lembrou que as expectativas da agricultura brasileira para o Plano Safra 2011/2012 foram apresentadas na quinta-feira em outra audiência da CRA. A audiência de sexta-feira foi uma sequência da anterior, ambas com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da política agrícola.

O senador ressaltou a importância do diálogo e do debate para a promoção das políticas agrícolas e destacou o novo Código Florestal. Para ele, produtores e ambientalistas devem buscar uma forma de união e consenso sobre o tema.

– Temos de fazer um código que atenda a nação brasileira – afirmou Gurgacz.

A participação popular também foi destaque na audiência da CRA. Várias perguntas chegaram por e-mail, por telefone e pelo Twitter. Gurgacz destacou mensagens de Ceará, Goiás, Tocantins, Bahia e Espírito Santo. Críticas aos juros cobrados no crédito rural e dúvidas sobre auxílio para quem perdeu a colheita por conta da estiagem estavam entre as preocupações.

Acir Gurgacz anunciou que a CRA vai realizar um seminário, na sexta-feira, em Ji-Paraná (RO), para debater o programa de erradicação da febre aftosa e as ameaças fitossanitárias para o Brasil.

### Gurgacz elogia promessas para o campo e pede mais planejamento

Acir Gurgacz (PDT-RO) destacou, na sexta-feira, a expectativa de aumento dos índices de produtividade na agricultura brasileira a partir do Plano Safra 2011/2012.

O senador referiu-se a debate sobre o tema realizado pela Comissão de Agricultura

e Reforma Agrária (CRA), na quinta-feira, quando o secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, apontou o aumento gradativo do financiamento concedido a vários setores da agricultura nos últimos dez anos.

De acordo com Gurgacz, esses dados revelam que, somente para agricultura familiar, o financiamento do Plano Safra, que foi de R\$ 3,3 bilhões em 2000, chegou a R\$ 16 bilhões em 2010. Para este ano, a expectativa é de que cresça ainda mais.

Gurgacz ressaltou que, além de crédito, é preciso levar assistência técnica e propostas de inclusão social para os agricultores mais pobres.

– É preciso que o governo, agricultores, lideranças políticas e sindicais se unam para fazer ajustes no modelo de

gestão agrícola, e esse ajuste passa por uma construção de uma política agrícola plurianual – disse.

O senador também defendeu uma política pública de médio e longo prazo para a agropecuária como fundamental para o desenvolvimento do país.



Rodrigo Rollemberg cita exemplos de sustentabilidade que, a seu ver, devem ser incentivados

## Rodrigo Rollemberg defende transição para economia verde

Um código florestal que não cuide apenas da regularização da situação atual, mas também contribua para o país fazer uma transição rumo à economia verde, com preservação e uso sustentável da biodiversidade. Essa é a expectativa do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) em torno do projeto de reforma do código, em tramitação no Senado.

Rollemberg mencionou como exemplo da sustentabilidade da agricultura brasileira duas tecnologias que devem ser incentivadas – o plantio direto e a integração lavoura-pecuária-silvicultura –, citadas em reportagem do *Correio Braziliense* de quinta-feira.

O plantio direto, tecnologia desenvolvida pela Embrapa, é feito diretamente na palhada dos cultivos anteriores, que fica na superfície do solo. Isso possibilita protegê-lo contra a erosão e o assoreamento.

A segunda tecnologia – integração lavoura-pecuária-silvicultura –, conforme o senador, permite conjugar a produção com a preservação da floresta, gerando grandes benefícios tanto para o produtor como para a conservação do meio ambiente.

O parlamentar citou ainda a descoberta, pela pesquisadora brasileira Johanna Dobereiner, de uma bactéria que capta o nitrogênio da atmosfera e o incorpora ao solo.

A fixação biológica de nitrogênio, que já revolucionou a produção de soja com mais produtividade e menos poluição do

meio ambiente, poderá ser usada também no cultivo da cana-de-açúcar.

### Estímulos

Todas essas tecnologias, na avaliação de Rollemberg, têm colocado o Brasil em posição de destaque na sustentabilidade agrícola e precisam ser estimuladas. Ele propôs, inclusive, condições diferenciadas no crédito agrícola para os produtores que aplicam modelos preservacionistas e os que usam modelos convencionais.

Em apertes, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) sugeriu, na discussão do Código Florestal, “priorizar o ser humano, para que possamos ter pessoas nas regiões interessadas em preservar o meio ambiente e utilizá-lo adequadamente”.

Gim Argello (PTB-DF) pediu mais calma e prazo na discussão do código, para que o Senado não tenha o papel de apenas homologar o que a Câmara fez.

Por sua vez, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse esperar que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), presidida por Rollemberg, encontre um caminho a favor do Brasil, “e não do maniqueísmo” que tomou conta da discussão.

Jayme Campos (DEM-MT) afirmou que mais da metade da área cultivável no país está degradada e exige recuperação para o crescimento da agricultura e da pecuária.



Senador alerta para o perigo do desvio de recursos que serão empregados na assistência à população

## Mozarildo pede mobilização da sociedade para ajudar Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) se solidarizou à população de Roraima devido às grandes enchentes que têm ocorrido no estado. Ele pediu que a sociedade se mobilize para minimizar o sofrimento da população local.

Já coloquei toda a equipe do meu escritório e do meu partido à disposição das pessoas e acredito que todas as instituições podem também se mobilizar e fazer esse trabalho de solidariedade.

O parlamentar leu os títulos de várias matérias publicadas pelo jornal *Folha de Boa Vista* anunciando a liberação de recursos pelo governo e denunciando que empresários já estariam dividindo os recursos.

Isso é se aproveitar da desgraça alheia para roubar. Isso serve para que os órgãos de fiscalização estejam alerta, porque este é o histórico deste governo que está lá desde 2007 – afirmou o senador.

# Ipea mostra tamanho da perda florestal

Estudo alerta para o fato de que a dispensa de recomposição de áreas de reserva pelas pequenas propriedades implica abdicar de 29,5 milhões de hectares de florestas

PESQUISADORES DO INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) responsáveis por estudo que analisou a questão das áreas de reserva legal serão convidados a falar no Senado. O requerimento será apresentado pelo presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), com o apoio de Acir Gurgacz (PDT-RO), que preside a Comissão de Agricultura (CRA).

Rollemberg considera importante que o Senado discuta o estudo do Ipea, assim como de outras investi-

ções científicas, mas pondera que, caso os senadores decidam manter a obrigação de recomposição de reserva legal em áreas de até quatro módulos fiscais, deverão também propor instrumentos econômicos para incentivar a recuperação.

Na maioria dos casos, são pessoas com poucos recursos financeiros e as áreas estão consolidadas há muitos anos – disse.

Gurgacz avalia que exigir reserva legal em pequenas propriedades irá inviabilizar atividades agrícolas e pecuárias nas áreas de até quatro

módulos. Encontrar instrumentos econômicos capazes de incentivar a recuperação e também a preservação de reserva legal existente será o grande desafio dos relatores.

Se as pequenas propriedades ficarem dispensadas de recompor áreas de reserva legal desmatadas irregularmente, o Brasil deixará de contar com 29,5 milhões de hectares de florestas e estará abrindo mão de um confisco de 3,1 bilhões de toneladas de dióxido de carbono. Essa é a conclusão de análise do Ipea sobre regra incluída pelos

deputados no projeto do novo Código Florestal.

No estudo *Código Florestal: implicações do PL 1.876/99 nas áreas de reserva legal*, o Ipea calculou a área que deixará de ser recuperada caso o novo código (PLC 30/11) seja aprovado conforme consta no projeto, dispensando propriedades com até quatro módulos fiscais de recompor reserva legal desmatada. Conforme o estudo, o Brasil tem hoje um passivo ambiental – diferença entre o que a lei estabelece e o que de fato existe de reserva

legal nas propriedades rurais – de 159,3 milhões de hectares, dos quais 18,5% são em áreas de até quatro módulos fiscais. São os 29,5 milhões de hectares que o país poderá deixar de recompor.

Para chegar a esses números, o Ipea usou informações do Sistema Nacional de Cadastro Rural, banco de dados oficial dos imóveis rurais, gerenciado pelo Incra. Os dados foram agregados inicialmente por município, uma vez que o módulo fiscal varia, e depois foram computados nacionalmente.



Boiadeiros atravessam o rio Xingu e levam o gado à rodovia Transamazônica. Estudo do Ipea estima que a manutenção das reservas legais valorizará propriedades que não desmataram para agropecuária

## Anistia compromete metas assumidas

Gustavo Luedemann, um dos autores do estudo do Ipea, explica que deixar de reflorestar a área das pequenas propriedades terá implicações diretas nos compromissos ambientais assumidos pelo Brasil em fóruns internacionais. Ele cita meta assumida pelo país em 2009 na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), que inclui o corte de emissões de 668 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> por ano em atividades rurais.

Anistiar os passivos pode atrasar os compromissos. Por outro lado, a recomposição do passivo em áreas de até quatro módulos fiscais representaria o cumprimento da meta durante 4,4 anos. Um maior avanço no cumprimento das metas estaria em zerar o passivo de 159,3 milhões de hectares, localizado majoritariamente nas médias e grandes propriedades – disse.

## Compensação em renda com confisco de carbono

Como forma de incentivar a recomposição de reserva legal, o Ipea destaca as oportunidades de obtenção de crédito de carbono com o replantio de árvores. Os pesquisadores estimam uma renda de pelo menos US\$ 5 por tonelada de carbono confisco com essa atividade. Assim, um hectare replantado no Cerrado resultaria na retirada de cerca de 100 toneladas de dióxido de carbono. Na Amazônia, a média chega a 180 toneladas.

Gustavo Luedemann reconhece as limitações de acesso a instrumentos econômicos como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, mas informa que o Ipea vai propor políticas públicas para facilitar o acesso a esses mercados. No estudo, o Ipea lembra que a manutenção de vegetação nativa contribui para a existência de polinizadores e para barrar a erosão do solo.

## Concentração fundiária inviabiliza anistia

O estudo do Ipea contesta argumento usado quando da tramitação do projeto do novo Código Florestal na Câmara, segundo o qual pequenas propriedades precisam da área de reserva legal para viabilizar a produção. Os pesquisadores mostram que 65% dos estabelecimentos rurais são minifúndios, com até um módulo fiscal, e que liberar área da reserva legal para cultivos seria insuficiente para garantir as famílias que vivem nesses imóveis.

Mesmo para todo o conjunto com até quatro módulos fiscais, o limitado acesso à terra não se resolve com a fatia destinada à reserva legal. Esse conjunto representa cerca de 90% dos estabelecimentos rurais, mas ocupa apenas 24% da área total. Frente a essa acentuada concentração de terras, a flexibilização proposta no Código Florestal não será solução.

## Perdas podem alcançar 47 milhões de hectares

A pesquisa trabalha ainda com a hipótese de a anistia para propriedades de até quatro módulos fiscais já desmatadas gerar uma onda de retirada de reservas legais nas demais propriedades do mesmo tamanho. Estimativas apontam que a isenção resultaria em menos 47 milhões de hectares reflorestados.

Para o Ipea, a anistia contribuirá para que esse quadro se confirme, uma vez que terá maior valorização, dentro da realidade do agronegócio, a propriedade que descumprir a lei, desmatou reserva legal para a agropecuária e mesmo assim estará regularizada por ter sido anistiada. Já a manutenção da exigência de reserva legal para todos os imóveis rurais será mais um incentivo para a preservação das matas, pois serão valorizados os estabelecimentos que respeitaram a legislação ambiental.



Senador elogia prorrogação por seis meses do prazo que suspende multas

## Senado discutirá projeto sem pressa, avalia Sarney

A prorrogação por seis meses do prazo que suspende a aplicação das multas a proprietários rurais que cometeram irregularidades ambientais foi elogiada na sexta-feira pelo presidente do Senado, José Sarney.

Segundo ele, a medida anunciada pela presidente Dilma Rousseff permitirá que o Senado discuta o novo Código Florestal sem pressa.

Isso permite justamente que o Senado possa melhorar o projeto e, ao mesmo tempo, encontrar uma solução que todas as partes estejam de acordo.

Com a prorrogação do prazo, que vencerá no último sábado, os proprietários de imóveis rurais terão mais 180 dias para averbar, sem ônus, sua reserva legal.

## Ferraz quer que CCT também seja ouvida

Ricardo Ferraz (PMDB-ES) apresentou requerimento para que a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) seja incluída entre as que analisarão o projeto do novo Código Florestal.

Está previsto que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a CRA e a CMA analisem o texto antes da votação pelo Plenário. De acordo com o senador, o debate será mais aberto para a comunidade científica se a CCT também analisar o PLC 30/11.

Ferraz quer convidar para audiências – nas quais serão tratados temas como biodiversidade, nanotecnologia e aplicação de tecnologia para uso sustentável dos recursos ambientais – representantes da Embrapa, da SBPC e da comunidade acadêmica.

## Verbas para calamidades sem contingenciamento

A proibição do contingenciamento de recursos públicos destinados ao atendimento de áreas atingidas por calamidades será proposta por Jorge Viana (PT-AC). O anúncio foi feito no Rio de Janeiro, durante reunião da Comissão Temporária de Defesa Civil, por ele presidida.

A comissão reuniu-se com representantes da defesa civil dos municípios do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo para avaliar as medidas adotadas em situações de emergência e calamidade, como estiagens e enchentes.

Jorge Viana disse que o novo Código Florestal, do qual é relator na Comissão de Meio Am-

## O que pode mudar com o novo código

LEI 4.771/65 (CÓDIGO ATUAL)	TEXTO QUE CHEGOU AO SENADO
<b>ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPs)</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Não pode haver <b>atividade econômica</b> nestas áreas, formadas por vegetação nativa de margens de rios, lagos e nascentes, tendo como parâmetro o período de cheia; várzeas e mangues; matas de restingas; encostas; topos dos morros e áreas com altitude superior a 1.800 metros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Várzeas, mangues e matas de encostas, topos dos morros e áreas com altitude superior a 1.800 metros podem ser utilizadas para <b>determinadas atividades econômicas</b>. Sem alterações para o restante das definições.</li> <li>▶ Reduz de 30m para 15m a preservação de <b>matas ciliares nas margens de rios</b> de até 10m de largura, quando houver área consolidada com atividades agroflorestais. Em caso contrário, valem os 30m. Sem alterações para os demais limites da lei.</li> <li>▶ Permissões <b>atividades econômicas em APPs</b>, “consolidadas” até 22 de julho de 2008, desde que por utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto ambiental.</li> <li>▶ Vegetação nativa de <b>nascentes, dunas e restingas</b> só poderá ser alterada em caso de utilidade pública.</li> <li>▶ Estados poderão permitir atividades em APPs por meio de <b>Programa de Regularização Ambiental (PRA)</b>, se não estiverem em áreas de risco.</li> </ul>
<b>RESERVA LEGAL</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Na <b>Amazônia Legal</b>: <ul style="list-style-type: none"> <li>■ 80% em área de <b>florestas</b>;</li> <li>■ 35% em área de <b>Cerrado</b>.</li> </ul> </li> <li>▶ <b>Demais regiões e biomas</b> do país: <ul style="list-style-type: none"> <li>■ 20%.</li> </ul> </li> <li>▶ Cálculo da reserva legal não inclui as <b>APPs</b>.</li> <li>▶ Registro de Reserva Legal deve ser feito com a inscrição do imóvel rural no <b>cartório</b>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Mantém parâmetros na Amazônia Legal, onde inclui ainda a definição “<b>campos gerais</b>”, com 20% de reserva legal.</li> <li>▶ Admite incluir <b>APP</b> no cálculo, desde que preservada ou em recomposição e não implique em mais desmatamento.</li> <li>▶ Imóveis rurais de <b>até quatro módulos fiscais</b> são desobrigados de recompor a RL, podendo limitá-la à vegetação remanescente em 22 de julho de 2008.</li> <li>▶ <b>Exploração econômica</b> permitida, desde que a propriedade esteja no Cadastro Ambiental Rural e que o Sistema Nacional de Meio Ambiente autorize a atividade.</li> <li>▶ Registro da RL só precisa ser feito no <b>Cadastro Ambiental Rural</b>.</li> </ul>
<b>ÁREAS DE OCUPAÇÃO CONSOLIDADA</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ <b>Não contempla</b> o conceito de área de ocupação consolidada.</li> <li>▶ <b>Recomposição, regeneração ou compensação</b> obrigatórias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Imóveis de <b>até quatro módulos fiscais</b> não precisam recompor a vegetação nativa nessas áreas.</li> <li>▶ Quem desmatou antes de a reserva legal ter percentual aumentado (a partir de 2000) não precisa recompor além do <b>exigido na época</b>.</li> </ul>
<b>PUNIÇÃO PREVISTA</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Três meses a um ano de <b>prisão</b> simples e <b>multa</b> de 1 a 100 salários mínimos.</li> <li>▶ Decreto 7.029/09 prevê <b>sanções</b> para o produtor que não tiver reserva legal averbada no registro de imóveis até 11 de junho de 2011. A validade do decreto foi prorrogada por seis meses pela presidente Dilma Rousseff, no último dia 8 de junho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ <b>Isenta</b> os proprietários rurais das multas e demais sanções por utilização irregular, até 22 de julho de 2008, de áreas protegidas</li> <li>▶ Produtor que se inscrever no <b>Cadastro Ambiental Rural</b> terá suspensas as sanções administrativas, inclusive do Decreto 7.029/09.</li> </ul>
<b>COMPETÊNCIA PARA EMITIR O LICENCIAMENTO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Para área da União ou empreendimento com impacto regional ou nacional, a competência é do <b>Ibama</b>.</li> <li>▶ No caso de área de estados, órgão estadual do Sistema Nacional do Meio Ambiente (<b>Sisnama</b>).</li> <li>▶ Para área municipal, competência de órgão ambiental <b>municipal</b>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Órgão <b>federal</b> concederá licenças no caso de florestas públicas ou unidades de conservação criadas pela União ou de empreendimentos que causem impacto nacional ou regional ao meio ambiente.</li> <li>▶ No caso de área do estado, órgão estadual integrante do <b>Sisnama</b>.</li> <li>▶ Órgão <b>municipal</b> concederá licenças no caso de florestas públicas ou unidades de conservação criadas pelo município ou por um consórcio de municípios.</li> </ul>

## Ana Amélia: MPs em excesso limitam ação do Legislativo



Ana Amélia

A senadora Ana Amélia (PP-RS) defendeu alterações no modo de tramitação das medidas provisórias, como propõe a PEC 11/11, de José Sarney (PMDB-AP). Ela disse que as MPs têm sido instrumento preferido de sucessivos governos, o que, em sua avaliação, limita as atribuições do Legislativo e compromete a democracia.

Para ela, é necessário estabelecer uma relação mais adequada entre os Poderes, sem inviabilizar a governabilidade nem "sufocar" o Congresso.

Segundo Ana Amélia, as MPs não representariam problema se o Executivo sempre respeitasse os requisitos de urgência e relevância. Mas, na opinião da senadora, as medidas editadas, "em sua maioria, apresentam conteúdo extenso, diversificado e desconexo".

## Cristovam critica governo de Agnelo no DF



Cristovam Buarque

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), a gestão de Agnelo Queiroz (PT) no governo do Distrito Federal "prometia um novo caminho, mas está no velho". Entre os problemas, disse, está "a tradição de apadrinhamento dos deputados distritais".

– Secretários e administradores são nomeados da mesma forma que nos governos anteriores – lamentou.

O senador também citou boatos de que Durval Barbosa – que participou do esquema de corrupção envolvendo o ex-governador José Roberto Arruda – teria influência sobre as compras feitas na atual gestão. Cristovam afirmou que não tem razões para suspeitar, mas "não se vê nenhum rebatimento claro de que isso não é verdade".

Senador critica pontos em discussão, como o financiamento público de campanha e a manutenção do voto obrigatório, e defende a adoção de eleições primárias pelos partidos

# Para Alvaro, reforma política não fará mudanças profundas

O LÍDER DO PSDB no Senado, Alvaro Dias (PR), disse na sexta-feira, não acreditar que a reforma política em debate no Congresso Nacional promoverá mudanças profundas no modelo eleitoral brasileiro. Conforme lembrou, o tema é discutido há anos, mas, na sua opinião, esbarra na falta de participação da Presidência da República.

– Temos um presidencialismo forte. No presidencialismo forte, reformas só acontecem quando há participação ativa da liderança de quem preside o país.

Na avaliação de Alvaro Dias, essa também é a razão de outras reformas estarem emperradas.

– Se a reforma política for concretizada, as demais ocorrerão com maior celeridade – assinalou o parlamentar, que também

defendeu suas propostas para reforma política.

### Participação

Segundo Alvaro Dias, a alma dessa reforma está na participação popular nas decisões partidárias. De acordo com o senador, hoje "as decisões são impostas pela cúpula partidária que se apropria da sigla como se fosse proprietária exclusiva".

O senador destacou que, para ampliar a participação da população e das militâncias partidárias, já apresentou projeto de lei que estimula a adoção de eleições primárias pelos partidos.

– A adoção desse modelo de primárias respeita a população. É uma forma de considerar o eleitor importante desde o primeiro momento do processo eleitoral.

Apesar da aprovação pela Comissão da Reforma Política do Senado da manutenção do voto obrigatório, Alvaro propõe que volte a ser discutida a proposta de voto facultativo. Segundo afirmou, o eleitor precisa ter a liberdade de decidir "se vale a pena votar ou não votar".

### Financiamento

Ao comentar a proposta de financiamento público de campanha, Alvaro disse ter dúvidas sobre a eficácia da medida no combate à corrupção. Para ele, o Brasil não conta com mecanismos de controle e fiscalização rigorosos, o que pode significar o desvio de recursos públicos para "caixa 2".

– Se nós tivéssemos mecanismos de fiscalização e controle rigorosos e eficazes, eu não teria dúvida em defender o financiamento público de campanha, mas no atual estágio do Brasil, da banalização da corrupção, não ousa defender o financiamento público – argumentou.

Outro ponto citado pelo líder do PSDB como importante para a reforma política é a regulamentação do horário eleitoral gratuito durante as campanhas. De acordo com Alvaro, deveria ser excluído do cálculo do tempo de propaganda, no rádio e na TV, dos candidatos de coligação o tempo correspondente aos partidos que não lançam candidatos ao cargo em disputa.



Alvaro: reforma esbarra na falta de participação da Presidência da República

## Collor celebra 20 anos de acordos de não proliferação nuclear com Argentina

Os 20 anos da assinatura, pelo Brasil, de dois atos internacionais de não proliferação nuclear foram celebrados na sexta-feira pelo senador Fernando Collor (PTB-AL), que, em 1991, firmou os acordos na condição de presidente da República.

Collor lembrou que o primeiro ato "que teve a honra de firmar" foi o acordo Brasil-Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear, em 18 de junho de 1991. Naquele mesmo ano, em 13 de dezembro, assinou também o Acordo Quadripartite entre Brasil, Argentina, a Agência Brasileiro-

Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (Abacc) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), com o mesmo objetivo.

– Foram atos marcantes tanto no processo de afirmação internacional de nosso país, quanto no desenvolvimento do clima de confiança que possibilitaria a aproximação com a Argentina e a própria fundação do Mercosul – afirmou o senador.

Collor fez uma retrospectiva do cenário político que o levou a assinar os dois atos e disse que hoje é possível ver, "com clareza, o acerto dos esforços que



Collor: "Hoje é possível ver com clareza o acerto do esforço que realizamos"

empreendemos para o estabelecimento de um autêntico espaço de credibilidade mútua".



Para Simon, Lula foi fraco na repressão aos atos de corrupção

## Simon recomenda firmeza a Dilma e critica Lula

Horas antes da confirmação do nome de Ideli Salvatti para a Secretaria de Relações Institucionais, na sexta-feira, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) recomendou firmeza à presidente Dilma Rousseff na solução do impasse pelo cargo, da mesma forma como agiu em relação à crise que envolveu o ex-ministro da Casa Civil, Antonio Palocci.

Como exemplo de atuação firme, Simon destacou a posição da presidente quanto ao Ministério da Educação, ao suspender cartilha sobre homossexualismo para escolas públicas e o uso de livros didáticos polêmicos. Essas decisões, avaliou Simon, demonstram que o governo Dilma tem um direcionamento a seguir.

– Se o Palocci, se o ministro, se o chefeão caiu, ninguém vai querer fazer ato de corrupção no governo da Dilma porque vai cair também. Ela deu o norte do governo dela – declarou Pedro Simon, que acrescentou não considerar o nome de Ideli Salvatti o melhor para a secretaria.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva não teve a mesma firmeza para encaminhar as crises, afirmou Simon, lembrando o escândalo de Waldomiro Diniz no início do governo. O senador disse que o ex-presidente não escutou os conselhos para demitir o ex-chefe da Casa Civil José Dirceu. Como Lula não deu tal orientação ao seu governo, "espalhou-se a corrupção".

– O Brasil cresceu demais no governo Lula, mas ele tinha condições de fazer, no campo da ética, uma grande atuação. O Lula foi o responsável pelo Brasil ser, hoje, isto que está aí: um país zero na questão da ética, zero na questão da moral, o país da impunidade, concluiu.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º vice-presidente: Marta Suplicy  
2º vice-presidente: Wilson Santiago  
1º secretário: Cícero Lucena  
2º secretário: João Ribeiro\*  
3º secretário: João Vicente Claudino  
4º secretário: Ciro Nogueira  
Suplentes de secretário:  
Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto  
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Acir Gurgacz • Mozarildo Cavalcanti • Jayme Campos • Rodrigo Rollemberg

\*Licenciados

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem:  
Teresa Cardoso e Milena Galdino  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
Reportagem: Cíntia Sasse  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Senador destaca bravura do sargento Costa Melo em Nova Friburgo (RJ)

## Crivella anuncia moção de aplauso a bombeiro

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) anunciou que apresentará moção de aplauso ao sargento Costa Melo, do Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro, por atos de bravura no resgate de vítimas de deslizamentos em Nova Friburgo (RJ), no início do ano. Costa Melo era o único bombeiro no loteamento Floresta e não mediu esforços no socorro às vítimas.

– O sargento trabalhou em local de risco constante, apesar dos avisos de deslizamentos de terra e pedras. Obteve êxito além de sua missão, usando as próprias mãos para cavar em volta dos soterrados e realizando procedimento de massagem cardíaca nas vítimas – disse.

Crivella lembrou ainda episódio ocorrido em agosto de 2010, quando orientações prestadas pelo sargento a uma senhora, por telefone, ajudaram a salvar a vida de uma criança que se afogara.



Senador diz que luta dos bombeiros é justa e que eles não são bandidos

## Lindbergh Farias propõe anistia a bombeiros do Rio

Em projeto apresentado na quinta-feira, Lindbergh Farias (PT-RJ) propõe a concessão de anistia aos bombeiros do estado do Rio de Janeiro que sofreram punições por participação em recentes movimentos reivindicatórios.

O senador argumenta que os bombeiros não podem ser tratados como bandidos.

– É uma luta justa, já que recebem uma das piores remunerações do Brasil – afirma.

A anistia abrange os crimes definidos no Código Penal Militar, ocorridos entre 1º de junho e a publicação da lei.

A crise chegou ao auge na noite de 3 de junho, quando os bombeiros invadiram o quartel central da corporação. A Polícia Militar desocupou o quartel, prendendo 439 bombeiros. Na sexta-feira, a justiça fluminense concedeu *habeas corpus* aos bombeiros.

Senadores da CCT, CCJ, CAE, CE e CMA discutem com especialistas, representantes do governo e da sociedade projeto que define a participação das empresas de telefonia no setor e fixa cota nacional para a programação

# Audiência conjunta de cinco comissões debate mercado de TV por assinatura



Antenas de telecomunicação em Curitiba: mudanças também podem contribuir para ampliação do suporte à banda larga

## Sob nova regra, CCT vota concessões de rádio e TV

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática reúne-se na quarta-feira para votar projetos de decreto legislativo que tratam de 13 outorgas e 9 renovações de concessão de serviços de radiodifusão.

Na reunião já valerá o novo regulamento que proíbe que uma proposta de outorga e

renovação de concessão, permissão e autorização para funcionamento de rádio ou TV tenha como relator senador do mesmo estado em que será feita a prestação do serviço.

A determinação consta de ato da CCT de 1º de junho. Segundo o presidente da comissão e autor do Ato 1/11, Eduardo Braga (PMDB-AM), a intenção é asse-

gurar imparcialidade e impessoalidade aos julgamentos.

O exame dos documentos que comprovam a capacidade financeira de quem pede a concessão também será mais rigoroso. As medidas visam evitar que empresas registradas em nome de "laranjas" (sócios falsos) recebam concessões do governo federal.

## Projeto exige mapeamento de áreas de risco

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deve analisar amanhã, às 14h, o projeto que obriga os municípios a elaborarem mapeamentos de áreas de risco em seus territórios, além de fixar prazos e sanções por seu descumprimento.

A proposta (PLS 26/11) também autoriza a União a criar o Cadastro Nacional das Áreas de Risco, com a finalidade de dimensionar e estabelecer diretrizes e prioridades para a ação integrada dos órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec).

Na CDR, o projeto de Lindbergh Farias (PT-RJ) tem voto favorável do relator, Wellington Dias (PT-PI), mas só será votado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta altera a Lei 12.340/10, que criou o Sindec, para estender aos municípios o dever de elaborarem mapeamentos de áreas de risco em seus territórios. Essa obrigação é hoje limitada aos estados e ao Distrito Federal. Sua extensão aos municípios deixaria de depender da adesão do ente federativo ao Sindec.

O prazo para o cumprimento da norma será de 180 dias, a partir da publicação da lei. Estado ou município que des-



Senador Wellington Dias, relator na CDR, é favorável à aprovação do projeto

cumprir as obrigações fixadas não poderá receber transferências voluntárias da União, exceto em áreas em situação de calamidade pública ou de emergência. O descumprimento será considerado crime de responsabilidade do prefeito ou governador.

A União fica autorizada a dar apoio técnico e financeiro para a realização do mapeamento, bem como a criar um cadastro nacional, que permitirá a obtenção de informações atualmente inexistentes, em que cada área seria classificada segundo o risco presente e o impacto socioeconômico potencial associado.

A comissão também analisará projeto que estabelece prioridade nas políticas e ações pú-

blicas habitacionais da União ao cidadão que perdeu o seu imóvel residencial em virtude de enchentes e alagamentos urbanos (PLS 572/09).

### Fronteira

Outro projeto a ser analisado pela CDR amanhã inclui faixa de fronteira da região Sul nas áreas onde os empreendimentos privados terão direito a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A proposta (PLS 40/10), do ex-senador Sérgio Zambiasi, conta com o voto favorável da relatora, Ana Amélia (PP-RS), e ainda precisa ser analisada pela CAE e pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, antes de ser enviada à Câmara.

COM A PARTICIPAÇÃO, em videoconferência, de especialistas e parlamentares de várias assembleias legislativas, será realizada na quinta-feira, no auditório do Interlegis, audiência pública conjunta de cinco comissões do Senado para analisar o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 116/10, que regulamenta o mercado de TV por assinatura.

O projeto define a possibilidade de participação das empresas de telefonia no mercado de TV por assinatura e fixa cotas de conteúdo nacional na programação das emissoras. De acordo com o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), a proposta é fundamental para a ampliação da infraestrutura de telecomunicações, sobretudo do suporte à banda larga.

O projeto é do deputado Paulo Bornhausen (DEM-SC) e tem como relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – primeira a analisá-lo – o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE). Além da CCT e da CCJ, participarão senadores das comissões de Assuntos Econômicos (CAE); de Educação, Cultura e Esporte (CE); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A audiência pública será dividida em dois painéis. Do primeiro participarão Manoel Rangel, diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine); João Carlos Saad, presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra); Luciana Ferri Sobrosa de Mello, diretora jurídica da HBO; Marcos Alberto Sant'Anna Bitelli, da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura; e Francisco Mistrorigo, vice-presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de TV.

O segundo painel trará Ara Apkár Minassian, da Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel); Luis Roberto Antonik, diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); Alexandre Anenberg, presidente-executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura; e Eduardo Levy Cardoso Moreira, da Associação Brasileira de Telecomunicações.



Eunício Oliveira é relator na CCJ de projeto que regulamenta setor de TV



## ACONTECEU NAS COMISSÕES



# Combate a ilícitos na internet gera polêmica no Senado

**O PRINCÍPIO DA** inimizabilidade na internet provocou polêmica, em audiência pública na quarta-feira, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Em elaboração pelo Ministério da Justiça, o projeto de marco civil para a rede mundial de computadores no país deverá ser enviado ao Congresso Nacional nos próximos dias, segundo informou o secretário de Assuntos Legislativos, Marivaldo de Castro Pereira.

Um exemplo da aplicação desse princípio é a ação judicial em que uma apresentadora de TV tentou impedir que o Youtube veiculasse vídeo de suas cenas de sexo com o namorado em uma praia espanhola, em agosto de 2006. Ela ainda propôs ação de indenização contra o site, negada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

A tese de que o combate a crimes e delitos na internet deve atingir apenas os responsáveis finais, com a preservação dos meios de acesso e de disseminação, foi defendida pelo diretor do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, do Comitê Gestor da Internet (CGI), Demi Getschko; pelo presidente da Associação da Rede Global Info de Provedores, Magdiel Santos; e pela representante da Associação Nacional de Jornais, Carol Conway.

O senador Pedro Taques (PDT-MT) comparou a situação com a do sistema financeiro, que, conforme afirmou, sempre fugiu à responsabilidade pelos crimes de lavagem de dinheiro. Mas,



Audiência reuniu Magdiel Santos, da Rede Global Info; Marivaldo Pereira, do MJ; senador Eduardo Braga; Demi Getschko, do CGI; e Carol Conway, da ANJ

hoje, de acordo com o parlamentar, é possível responsabilizar também o banco pelos atos ilícitos de seus clientes. Ele defendeu o mesmo entendimento para a internet.

Demi Getschko disse que não se deve destruir uma estrada pela qual transitam contrabandistas, assim como não se pode responsabilizar a companhia telefônica porque alguém usou o telefone para passar um trote ou tramar algum crime.

O presidente da CCT, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), afirmou que, de fato, não se deve destruir a estrada

por onde transitam contrabandistas, mas é preciso colocar a polícia lá para reprimir o crime. Sem leis, segundo ele, isso não seria possível – razão pela qual considerou fundamental estabelecer regras que coloquem a internet a serviço de um mundo mais justo e de um futuro melhor.

O senador Anibal Diniz (PT-AC) elogiou os dez princípios que devem reger a internet, estabelecidos pelo CGI, e disse que devem ser criados mecanismos para identificar o criminoso final, preservando a estrutura tecnológica que, segundo ele, pode ser usada para

o bem ou para o mal.

### CRIMES

O deputado federal Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu a aprovação Projeto de Lei 84/99, do qual é relator na Câmara dos Deputados. Esse projeto tipifica diferentes crimes praticados com o uso da rede mundial de computadores.

Quando foi senador (2003-2010), Azeredo presidiu a CCT e marcou seu mandato pela apresentação de diversos projetos voltados para a área da internet. Ele apontou uma escalada de

crimes cibernéticos, citando inclusive o roubo de dados de usuários da base do Playstation Network, da Sony. Demi Getschko disse que não foi a ausência de leis que facilitou o roubo dos dados da Sony.

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) pediu mais empenho do Brasil nas discussões sobre o comércio eletrônico, afirmando que todas as regras sobre o assunto foram definidas pelos Estados Unidos. Um dos autores do requerimento para a audiência, Pinheiro disse que o Brasil tem posição tímida nesse assunto.

Quando o assunto é de estado, merece mais que sua audiência.

## Assunto de Estado

No próximo dia 13 de junho, às 21h30, a TV Senado estreia, ao vivo, o programa **Assunto de Estado**. Cada edição reúne os três senadores de um estado para debater um tema de grande importância e responder às perguntas dos cidadãos. As perguntas poderão ser enviadas por telefone, pelo Twitter ou pelo portal do Senado, para que sejam selecionadas e repassadas aos senadores. No primeiro programa, os paulistas terão a oportunidade de saber o que seus senadores pensam sobre a situação do transporte no estado mais populoso do país. **Assunto de Estado** também será transmitido simultaneamente pela Rádio Senado e terá cobertura no portal de notícias da Agência Senado. Envie suas perguntas e opiniões. Afinal, o que acontece no seu estado também é assunto seu.

Envie suas perguntas:  
0800 612211 | Twitter: @tvsenado  
[www.senado.gov.br/alosenado](http://www.senado.gov.br/alosenado)

